A ERA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

O governo ameaça dar menos dinheiro ao ensino de humanas. No entanto, trata-se de carreiras que empregam cada vez mais e ajudam na busca de soluções para os entraves brasileiros

SIMON SCHWARTZMAN*

DE FORMA AINDA VAGA, mas enfática, o presidente da República e o ministro da Educação deram declarações sobre a intenção de reduzir os investimentos nos cursos de sociologia e filosofia, em favor de outros cuja capacitação profissional gere renda para as pessoas e benefícios para a sociedade. O número de alunos de sociologia e filosofia no Brasil é ínfimo — menos de 10 000, para um universo de 8 milhões de universitários. Tudo indica que eles estavam se referindo às ciências sociais como um todo e a atividades relacionadas a humanidades, incluindo educação, administração, direito, contabilidade e marketing, além de literatura e artes, que chegam a 59% do total (apenas a carreira de educação, dentro desse pacote, abraça 19,2% dos estudantes universitários). Fora das ciências sociais e humanas, as áreas mais procuradas hoje são a da saúde e bem-estar social (16%) e o grupo de engenharia, produção e construção, com 14,8%.

A concentração das matrículas em profissões características das atividades terciárias, de serviços, não se dá só no Brasil: são 63% nos Estados Unidos, 74% na França, 51% na Espanha, por exemplo. Esse predomínio acompanha os ventos da economia mundial. Em todo o planeta, as atividades industriais e agrícolas, mecanizadas, ocupam cada vez menos gente, enquanto aumentam os empregos nos serviços públicos e privados de educação, saúde, comércio, transportes e outros, em que são valorizadas cada vez mais as competências de tipo social e cultural. Mesmo nas áreas mais técnicas, a cada dia se fala com maior intensidade da importância das "competências do século XXI". Para tomar o exemplo de Singapura, lembrado como um dos lugares de melhor ensino do mundo, elas são definidas em um leque que reúne cultura cívica, consciência do mundo global, conhecimentos transculturais, pensamento crítico e inovador e habilidades de comunicação, colaboração e processamento de informações — todas das áreas das ciências sociais e das humanidades.

A outra razão de seu grande tamanho é que os cursos nessas áreas tendem a ser menos custosos e mais acessíveis a pessoas que terminam o ensino médio com formação mais limitada. No Brasil, em setores como economia, administração e direito, existem algumas poucas faculdades extremamente seletivas e de alto padrão, mas a maioria dos cursos é ministrada à noite, a distância, sobretudo pelo setor privado, a preços bastante reduzidos, o que abre oportunidades para muitos que não teriam condições de seguir uma formação universitária mais exigente e de tempo integral. Há dúvidas se esse ensino mais elementar é útil e vale a pena, visto que grande parte dos formados em direito, por exemplo, nunca consegue passar no exame da Ordem dos Advogados do Brasil. Mas o fato é que quem completa o trajeto na universidade, mesmo que não adquira uma formação especializada, acumula conhecimentos e competências gerais que o mercado de trabalho valoriza, pagando salários significativamente mais altos que os recebidos pelos que pararam no fim da educação média.

Não se trata de uma situação ideal, longe disso. As taxas de desistência nesses cursos são enormes, da ordem de 50% no setor privado, e não há razão para que durem quatro ou mais anos. Ainda que se apresentem como cursos de formação especializada, na verdade oferecem uma formação geral, como se pode ver pelo número relativamente pequeno de pessoas que trabalham na mesma área em que se graduaram. Isso, porém, não é necessariamente um problema. Na União Europeia, desde 1999, os países adotam o "modelo de Bolonha" para o ensino superior, que começa com uma formação geral de três anos, abrindo depois opções para mestrados e cursos mais avançados de um ou mais anos. Nos Estados Unidos, muitos dos que buscam a educação superior são atendidos por um amplo sistema de *community colleges* de dois anos, que já dão uma qualificação razoável a quem não vai seguir os estudos nos *colleges* de quatro anos. Além disso, em todo o mundo, a partir do ensino médio há opções de estudo profissionalizante que habilitam para o

"A cada dia se fala mais na importância das habilidades do século XXI, todas elas no campo das humanidades"

POBREZA Favela em Brasília: só haverá solução para a desigualdade com mergulhos em pesquisas socioeconômicas

mercado de trabalho tanto em áreas mais técnicas quanto na de serviços. O Brasil precisaria evoluir nessas linhas, ampliando a formação básica geral, fortalecendo as opções profissionais de nível médio e abrindo mais possibilidades de cursos de formação superior curtos. Eles já existem no papel como "cursos tecnológicos", mas têm sido negligenciados principalmente pelas universidades públicas.

Para os que pretendem e têm condições de profissionalizar-se de forma mais diferenciada nas carreiras sociais, a pós-graduação é, hoje, quase obrigatória. O Ministério da Educação, através da Capes, administra um sistema de pós-graduação com 375 000 estudantes em cursos de mestrado e doutorado, dos quais 110 000 nas áreas de ciências sociais e humanas, sobretudo educação, administração e direito (mas menos de 10 000 em filosofia e sociologia). Soma-se a estes mais de 1 milhão em cursos de MBA e outras áreas de especialização não regulamentadas.

Os investimentos em pesquisa social no Brasil são relativamente baixos, embora as principais questões da política pública nacional sejam a má qualidade da educação, a violência, a pobreza, a desigualdade social, a disfuncionalidade do sistema político-eleitoral e do Judiciário e a baixa produtividade da economia, entre outras. São todos temas centrais de investigação nas áreas de sociologia, economia, antropologia e ciências jurídicas, que precisam, isso sim, ser reforçadas e cuidadas para que alcancem a mais alta qualidade. É possível argumentar até que pesquisas sobre temas sociais são mais importantes para o país do que as das áreas tecnológicas, dado que é mais fácil importar e adaptar tecnologias disponíveis na literatura e no mercado internacional do que no campo social.

A hostilidade manifestada pelo governo contra a área de ciências sociais parece explicar-se por uma combinação de desconhecimento dos números e da natureza da área social aliado a um preconceito de tipo ideológico — a sociologia e a filosofia seriam focos de ideologias marxistas, que precisariam ser extirpadas. Quem conhece de perto essas áreas de estudo, no entanto, sabe que o marxismo ocupa nelas um lugar bastante reduzido, embora persista, de forma simplificada, em alguns setores e nas manifestações de movimentos políticos ligados ao setor de educação — nada muito diferente do que se dá no resto do mundo. A preocupação com os problemas de pobreza, desigualdade social, direitos humanos e discriminação social faz parte do patrimônio humanístico contemporâneo, diz respeito a temas centrais a uma sociedade tão desigual como a nossa e independe de filiações a esta ou aquela corrente filosófica, sociológica, jurídica ou econômica. E a melhor maneira de reduzi-la é trabalhar para que esses problemas deixem de existir. ■

*** Simon Schwartzman é sociólogo e membro da Academia Brasileira de Ciências**